

ADOLESCÊNCIA, AFETIVIDADE, SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: O DIREITO AO SER/ESTAR

Fátima Elisabeth DENARI¹

RESUMO: Este estudo, de cunho qualitativo e fundamentado no entendimento fenomenológico, teve por objetivo desvelar percepções de jovens com deficiência intelectual acerca da manifestação de sexualidade e do processo de adolecer. Os dados foram coletados em uma escola especial para pessoas com deficiências, mediante a composição de grupos de jovens em interação social, por meio de encontros formais (estudo e discussão de textos, filmes) e conversas informais de cunho educativo. As informações passaram por análise de significado, após transcrição de gravações digitais, submetidas aos jovens para conferência; destas, emergiram as categorias principais: identidade, saúde, afetividade, sexualidade e modificações sócio-comportamentais. Pode-se observar a falta de informações a respeito de diversas questões que envolvem a sexualidade e sua manifestação, tais como, conhecimentos morfofisiológicos, psico-afetivos e cuidados preventivos. Os jovens, os profissionais da educação comum ou especial, assim como a família, necessitam de preparação para abordar essas questões e contribuir para o desenvolvimento de uma sexualidade saudável para esses jovens.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência. Sexualidade. Deficiência intelectual.

Ser mulher, negro, indígena, velho, deficiente, entre outros, é um atributo de valor. E na natureza, não há algo tão genuíno quanto o ser humano na diversidade. A diversidade nos referencia a cada um, como um ser original e por isto mesmo, em sociedade, formamos grupos diferentes, apresentamos motivações diferentes, temos opiniões e entendimentos diferentes. Como nos ensinam Coll, Marchesi e Palacios (2004, p.VII), “A princípio, não há como discordar da constatação de que não é possível dar uma resposta aos alunos com necessidades educativas especiais, se não se levar em conta, a enorme diversidade – cultural, social e pessoal – que existe na maioria das escolas”.

Entender a sexualidade como marca de desenvolvimento harmonioso de todas as pessoas, reconhecendo a importância da comunicação e do envolvimento afetivo na vivência da sexualidade; valorizar as diferentes formas de expressar a sexualidade; fomentar o respeito pelo/a outro/a quaisquer que sejam as suas características físicas ou a sua orientação sexual e, especialmente, respeitar a diferença e o direito a ser diferente são questões que sempre permearam a existência humana.

¹ UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas - Departamento de Psicologia. São Carlos – SP – Brasil. 13560-000 – fadenari@terra.com.br

Ancoradas num cenário historicamente tradicional e patologizante das diferenças, as políticas públicas têm orientado a sua ação para situações concretas de discriminação e da garantia dos direitos de ESTAR (incluídos na escola, na sociedade e no trabalho), e preconizados por um aporte legal consubstancioso e pretensamente perfeito, na concepção ético-filosófica. Contraditoriamente, quando se trata de entender as manifestações sexuais de jovens com deficiências, aceitá-las, responder a estas reivindicações e orientar condutas de vida saudável e prazerosa, assiste-se a um Estado que age igualmente por omissão. Exemplo disto é a inexistência de uma educação sexual em meio escolar, comum ou especial ou a ausência de qualquer referência jurídica às especificidades desta manifestação. Estão em evidência aqui, questões relativas à vulnerabilidade que caracteriza essa população, notadamente aquelas pessoas com deficiência mental mais severa; e a decorrente vitimização, quer por violência, quer por abuso e, tão grave quanto, pela negação da sexualidade.

Confrontadas com a omissão estereotipada e preconceituosa e, ainda, veladamente assistencialista, reivindicações como: informações sobre o corpo, seu funcionamento e as mudanças que ocorrem em cada etapa do processo evolutivo; saúde preventiva; saúde reprodutiva; atendimento especializado por profissionais sensíveis às características de cada área ou aspecto das deficiências; a reprodução assistida ou o direito de visita em estabelecimento de saúde são frequentemente descartadas, ignoradas e designadas para instâncias outras, como pareceres de conselhos, associações médicas, associações de direitos, comissão de ética, entre outras. Na verdade, ignora-se ou esquece-se (diria propositadamente) a pessoa em questão, não obstante viver-se a era da inclusão... À pessoa com deficiência, neste caso, deficiência mental, é negado seu direito essencial: o direito à vida, o direito de SER.

Avaliar atitudes e riscos associados a determinados comportamentos sexuais; reconhecer a pluralidade de papéis e de atributos que cada um dos sexos pode desempenhar; aprender a (des) construir o apelativo discurso das mídias; estabelecer relações entre o corpo; compreender a anatomia e fisiologia da reprodução humana (ainda que em seus níveis mais básicos); conhecer diferentes métodos contraceptivos e poder fazer uso destes; reconhecer o direito a uma maternidade/paternidade livre e responsável; renunciar as formas violentas de expressão da sexualidade que promovam relações de dominação e exploração; por fim, promover a reflexão e o debate sobre assuntos relevantes do cotidiano que afetam a sexualidade e a educação em e para a sexualidade, são requisitos essenciais à garantia do ser e do estar.

A pessoa com deficiência mental, como todas as demais têm necessidade de expressar os seus sentimentos, desejos, atração, de uma forma própria, ao longo da vida e nas relações com os outros, forjando por meio dos papéis sexuais, uma identidade de gênero. Assim, faz-se necessário aprofundar o conhecimento acerca das necessidades percebidas e sentidas, das demandas explicitadas, da satisfação ou insatisfação das respostas institucionais, das percepções que as próprias pessoas com deficiência têm sobre sua situação. Essa responsabilidade é também nossa enquanto “[...] indivíduo/sociedade – produto e produtor da história [...] Sem esse pressuposto poderíamos correr o risco de ‘coisificar’ e ‘vitimizar’ o deficiente, perpetuando a idéia maniqueísta de força/fragilidade – cabendo à sociedade o primeiro termo e ao deficiente o segundo” (AMARAL, 1995, p.XIX). De certa forma, é mais cômodo não perceber, como salienta Heller (1992, p.59) que “[...] todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa de trabalho.”

O propósito fundamental dos movimentos educativos críticos, e aqui se inclui a cultura da diversidade é o de desenvolver teorias e práticas que contribuam para a consolidação da emancipação social, propiciando profundas reflexões. Assim, construindo, (des)desconstruindo, reconstruindo deve permanecer implícito o entendimento de que “[...] toda pessoa expressa uma tendência a ser perfeita, a educar-se, condições tais que fundamentam os princípios normativos de ordem moral e que são indispensáveis para o exercício de sua dignidade.” (DENARI, 2004, p.278).

Grande parte de conflitos e problemas relatados por profissionais que trabalham em instituições para pessoas com deficiência parecem residir exatamente nesse conflito vivenciado por garotos e garotas institucionalizados (DENARI, 2004; MAIA, 2006). Muitas vezes, a rotina a estes/estas destinada, requer a permanência em regime de semi-internado. Sem questionar os benefícios possivelmente advindos de tal regime, esta segregação isola os/as jovens da convivência com seus pares comuns. Não obstante, garotos e garotas querem viver o seu próprio mundo, seus sonhos, fantasias e ideais, formar seus valores com outros coetâneos com os quais se identificam; querem trocar idéias, afetos, abraçar, beijar e quase sempre esse direito lhes é negado, quer pela instituição, pela família, pela sociedade.

Frente a estas constatações este estudo teve por objetivo desvelar as percepções de jovens (garotos e garotas) com deficiência intelectual acerca da manifestação de sexualidade e do processo de adolescer.

Na tentativa de apreender tais significados, vimos percorrendo trilhas que nos levam a sucessivas (re) interpretações do mundo e das experiências que ocorrem nos diferentes encontros formais (estudo e discussão de textos, filmes) e conversas informais de pesquisa, reveladoras de pessoas únicas – pesquisadora e jovens com deficiência intelectual, suas famílias e seus professores. Assim, pareceu-nos que uma contribuição importante poderia se dar com base em compreensões sugeridas por Giorgi (1985), especialmente quando se tem por propósito captar um fenômeno enquanto este se dá: no caso desta pesquisa, desvelar entendimentos de jovens institucionalizados sobre aspectos da sexualidade e do processo de adolecer. A opção pela descrição compreensiva, a despeito da pouca tradição de seu uso nas pesquisas de cunho psicológico e educacional, em nossa realidade, deu-se em função de sua fecundidade para a construção de problemáticas novas (DENARI, 2008). Com este entendimento, a análise e interpretação dos dados estão assentadas nos procedimentos metodológicos propostos por Giorgi (1985): transcrição e leitura dos fatos registrados (em fita magnética e no diário de campo); leitura completa, desta vez, com a finalidade de discriminar as unidades de significado (menor parte de um pensamento ou fala, cujo significado está permanentemente aliado à demais unidades); ordenação das unidades de significado, mantendo integralmente a linguagem expressa pelos participantes; transformação destas expressões em linguagem própria de relatos científicos, em uma síntese consistente com o fenômeno pesquisado.

Este trabalho, fundamentado no entendimento fenomenológico “[...] e que, portanto, opera com a categoria da intersubjetividade, privilegiando as situações de encontro” (BERNARDES, 1989, p.58), está sempre pautado por manifestações de afeto, de interesse, pela troca de experiências, pelo fornecimento de informações, por tomada de posições. Os encontros semanais com 60 minutos de duração, na própria escola, com grupos de adolescentes entre 12 e 17 anos, de ambos os sexos, vêm ocorrendo, em um clima de cordialidade, receptividade, permeado, às vezes por sutis desconfianças, exteriorização de medo, preconceito, polêmica. E para preservar a identidade dos participantes, os nomes aqui apresentados são fictícios.

As categorias reveladas – discutindo os dados

1. Identidade

É preciso pensar no fenômeno da identidade indiscutivelmente correlacionado ao tempo e, quase por extensão, ao movimento. Neste sentido, a identidade é dinâmica, especialmente, transformável, atual e virtual, fenômeno permanente e transitório, manifesto e latente, assim, mesmo, dialeticamente (BAUMAN, 2005). Assim, garotas e garotos expressam seu modo de ser, ou o que entendem por identidade:

Sou mulher, mas ainda sou criança, sou bonita (Fernanda, 12 anos)

Eu só sou grandona de corpo, mas novinha... Sou alegre, briguenta, não levo desaforo, é assim, que fala, né?(Annie, 13 anos)

Ah, não sei, acho que sou muito boboca, pois o povo vive fazendo gozação comigo, mas vou ser uma mulher mais esperta....(Aísla, 12 anos)

É claro que sou homem, um garotão, cheio de manhas e minas... (Maurício, 15 anos)

Eu sou um garoto bonito, corro na pista da Federal, vou na academia, faço judô, etc...ah, e danço legal...(Sergio, 16 anos)

Eu moro na fazenda, então sou meio boiadeiro, né, assim, com jeito vou cantando as menina e elas gostam do tipo... (César, 16 anos)

Pode-se perceber que mesmo a despeito de alguma discutível limitação intelectual, os/as adolescentes demonstram identificar-se e vivenciar as condições próprias de seu tempo, idade e cultura.

Em relação à saúde comentam que:

Isso de médico é quando a gente fica doente, mas aqui na escola ele é amigo e cuida de nós, ensina muitas coisas....É bom. (Saulo, 14 anos)

Eu sempre peço prá minha mãe me levar quando tenho cólica, precisa cuidar se quiser ter filho, né? (Sarah, 15 anos).

Já fui muito nos médicos, tenho de comer certinho prá não ter açúcar, não posso me machucar senão sai muito sangue, então o jeito é tomar remédio e fazer exercício mais controlado (Roberto, 17 anos).

É interessante salientar que somente dois dos participantes (total de 32 adolescentes) tomam remédios diariamente: um, para controle de diabetes, e outro para controle de crises convulsivas. Os demais jovens, aparentemente, são saudáveis e a escola cuida de orientá-los quanto a hábitos de vida saudável, controlando alimentação e favorecendo a prática de atividades físicas.

Quando à afetividade e sexualidade, presentes nas modificações sócio-comportamentais, assim se expressam:

1. A garantia do SER pessoa

A criação se um território - *um espaço que tenha a nossa cara...*(Gabriel, 14 anos)

Driblando a vigilância – *é muito fácil, é só pegar as manhas deles, assim a gente combina com os amigos e enquanto uns conversa com eles prá distrair, nós aproveita prá namorar, sabe como é, né* (Ivo, 13 anos)

A responsabilidade - *a professora me acha assim, responsável, então ela deixa eu ir levar recado, buscar alguma coisa e ai a gente dá uma passadinha na sala do paquera* (Rebeca, 14 anos)

Namoro e compromisso - *Sei não, namorar não sei se posso, eu estudo aqui, né, então, os menino se souber, vão abusar de mim* (Priscila, 16 anos)

Eu namoro em casa, minha mãe fica de olho, ele tem moto, nós vamos ao Parque Ecológico de domingo, parece que do jeito que vai, vamos ficar junto...(Márcia, 15 anos).

Ih meu, sem essa de namorar, o negócio é pegar... (Pablo, 16 anos)

Eu não namoro sério ainda, também, tá difícil, se a gente fala onde estuda, nenhuma menina vai querer saber de nós, né? (Ian, 17 anos)

Eu tenho várias namoradas, mas só gosto mesmo, prá casar, da Márcia, porque ela ainda não deu prá ninguém, entendeu? (Marco, 17 anos)

2. As regras da escola (ou ESTAR adolescendo)

Se eles pegam a gente na briga, conversando muito com a mina, põe de castigo, leva prá diretoria ou até prá psicóloga. Ai vem bronca na certa e os colegas ficam tirando sarro (Caio, 16 anos)

Se a escola quiser falar sobre essas coisas...eu deixo, mas em casa não falo, tenho vergonha, não fui criada assim...(Paula, mãe)

3. A liberdade concedida....

O professor fala com agente de igual prá igual, assim, parece que sem raiva, ele trata a gente com cuidado, conversa, quer saber de nossa vida, se a gente tá doente, se tá bom, se tá intencioando trabalhar, se tá paquerando, aí ele explica os cuidados que deve ter prá não ter doença, nem filho.... (Ivan, 15 anos)

Eu até dou liberdade e converso com eles sobre essas coisas de sexo, tem a tv mostrando, agora deixar sair da sala não pode senão vira bagunça... (profa. Haidée)

Ah, lá na oficina a Cecília (profa.) fala pra gente ter higiene, não dar moleza pros meninos, não se assanhar, mas quando tô perto do meu gato a coisa freve....(Melissa, 17 anos)

A expressão da sexualidade deve ser entendida como um processo amplo, natural, inerente ao ser humano e próprio de cada fase do desenvolvimento. Este entendimento poderá se converter em um mecanismo importante para auxiliar pais, professores e as pessoas, diante das dúvidas, questionamentos, resoluções e políticas de atendimento (Instituição versus Estado).

A sexualidade está presente em todas as faixas etárias independente de padrões de normalidade esperados por determinada sociedade, independente das necessidades especiais, das deficiências ou dificuldades que uma criança, jovem ou adulto manifeste, sejam estas física, mental ou social, para que ela seja vivenciada.

Desta forma, tecendo alguns comentários à guisa de fechamento desta etapa do estudo, sob a inspiração de Amaral (1997), tem-se que a diferença é, com frequência, imediatamente transformada em desigualdade. As pessoas desviantes/diferentes, em sua desigualdade, muitas vezes erroneamente confundida com diversidade, estão usualmente sujeitas a uma hierarquia de mando e obediência em relação à família, às instituições públicas e privadas, ao estado, à cultura. São comumente categorizados como inferiores, em sua relação às que não o são; as relações mistas entre desviantes/diferentes e os que não o são tendem, entre outras, a tomar a forma de dependência. O paternalismo e o clientelismo costumam ser a capa da violência simbólica no trato com essas pessoas e as leis específicas em relação a essa condição podem transformar-se em instrumento de repressão e opressão. Porém, tais condições podem ser mudadas, desde que sejam vencidos alguns empecilhos.

Primeiramente, aqueles de caráter atitudinal que constroem a visão preconceituosa e estereotipada sobre as pessoas desviantes/diferentes. Daí decorre, o segundo obstáculo: a não inserção nos diferentes contextos onde são exercitados os direitos e deveres do cidadão, onde é experienciada a realização pessoal e onde é exercida a responsabilidade individual num contexto inter-individual: a comunidade. Outros fatores de caráter psicossocial, também são empecilhos: atitudes, preconceitos, estereótipos e estigma.

Para minimizar tal condição, há que realizar estudos que estimulem ainda mais o conhecimento básico acerca do curso natural do envelhecimento; testar as intervenções elaboradas para ajudar a aliviar os problemas encontrados em jovens com deficiências no enfrentamento de suas condições em relação ao mundo social, escolar e laboral; primar pela auto-determinação que significa valorizar pessoas de uma forma que tenham controle sobre

decisões que as afetam, sobre as políticas que influenciam sua vida e sobre os programas que foram estabelecidos para atender suas necessidades; encarar, com responsabilidade, o enorme contingente de pessoas com deficiência intelectual sob os cuidados de pais envelhecidos, que por si, já não têm condições físicas e emocionais de dar a esses filhos o apoio e orientação que lhes deram durante a vida toda. Por fim, reconhecer como lícita e legítima, por parte dos adolescentes, a busca do prazer e as curiosidades manifestas acerca da sexualidade, buscar, enquanto educador, uma postura ética que valorize a PESSOA em sua dimensão total.

ADOLESCENCE, SEXUALITY AND INTELLECTUAL DISABILITIES

ABSTRACT: *This study, a qualitative and based on the phenomenological understanding, aimed to uncover perceptions of young people with intellectual disabilities about expressions of sexuality and the process of adolescence. Data were collected in a special school for people with disabilities through the establishment of groups of young people in social interaction, through formal meetings (study and discussion of texts, films) and informal conversations with an educational basis. The information passed through the analysis of meaning, after transcribing digital recordings submitted to the youth conference, of whom emerged from the main categories: identity, health, affection, sexuality and socio-behavioral changes. You can see a lack of information about various issues involving sexuality and its expression, such as knowledge morphophysiological, psycho-affective and preventive care. Young people, education professionals ordinary or special, just like the family, need to prepare to address these issues and contribute to the development of healthy sexuality for these youngsters.*

KEYWORDS: *Adolescence. Sexuality. Intellectual disabilities.*

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. Identidade e cidadania: a questão da diferença. Maringá: UEM. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.2, n.1, p.12-27, jan/jul. 1997.

_____. **Conhecendo a deficiência em companhia de Hércules**. São Paulo: ROBE Editorial, 1995.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERNARDES, N. M. G. **Crianças oprimidas: autonomia e submissão**. 1989. 348 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J.(Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DENARI, F. E. O oitavo dia: Síndrome de Down e sexualidade:estereotípias, mitos e realidades. In: ASSUMPCÃO JUNIOR, F.; ALMEIDA, T. (Org.). **Sexualidade, cinema e deficiência**. São Paulo: LPM Editora, 2008. p.140-154.

_____. Educação, cidadania e diversidade: a ótica da educação especial. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Conferências Fórum Brasil de Educação**. Brasília: CNE, 2004. p.314-325.

GIORGI, A. **Phenomenoly and psychological research**. Pittsburgh: Duquesne University Press, 1985.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e deficiências**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2006.